

A PESQUISA AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA

Uma Visão Histórica de sua Organização

LUCY WOELLNER DOS SANTOS*

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa agrícola em Santa Catarina tem respondido por consideráveis avanços na tecnologia de produção de várias culturas de importância econômica e social para o Estado. Exemplos disso são os numerosos resultados obtidos em produtos como maçã, alho, cebola, milho, arroz, gado e outros, que têm elevado a produtividade da agricultura catarinense e oferecido novas alternativas para diversificação de culturas.

Porém ao se questionar quem é responsável pela pesquisa agrícola em Santa Catarina, a resposta é que a entidade coordenadora e executora da pesquisa agrícola no Estado é a

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. A EPAGRI, no entanto, foi criada recentemente, em 1991, como resultado de uma fusão entre a EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária e das empresas estaduais responsáveis pelas atividades de extensão rural, pesqueira e apícola (ACARESC, ACARPESC e IASC). A EMPASC, portanto, foi a empresa que, até 1990, teve a seu encargo a pesquisa agrícola no Estado.

Se, todavia, perguntarmos se tudo começou com a criação da EMPASC, em 1975, veremos que antes disso já existia pesquisa agrícola em Santa Catarina, realizada em grande parte pelas Estações Experimentais pertencentes ao IPEAS - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Sul, entidade vinculada ao Governo Federal, complementada por uma pequena estrutura de Estações Experimentais

* Socióloga, doutoranda em Engenharia de Produção na UFSC. Assessora de Planejamento e membro do Grupo de Estudos de Inovação Tecnológica na Agricultura - GEITA, do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR. End. Resid. Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 523, apto 401, Bairro Pantanal, Florianópolis - SC - 88.040-001 - Fone: (048) 333-9146. e-mail: lucy@mbx1.ufsc.br

ligadas ao Governo Estadual. Entretanto, antes do IPEAS, essa função era do IAS - Instituto Agrônomo do Sul, criado em 1939. E antes do IAS? Bem ... como se pode perceber, houve uma sucessão de entidades que estiveram envolvidas na pesquisa agrícola de Santa Catarina. Essa observação nos coloca, logo de início, frente a uma constatação e a um questionamento.

A constatação é que para falar da história da pesquisa agrícola no Estado de Santa Catarina, não se pode restringir a análise a uma entidade ou a uma empresa. É necessário referir-se à instituição “pesquisa agrícola em Santa Catarina”. Como tal, ela sofreu alterações em sua denominação, forma jurídica, amplitude e objetivos, no decorrer de quase um século de existência. Começando em 1895, com uma iniciativa visando à geração de tecnologia para uma cultura específica, percorreu um longo trajeto até chegar ao momento presente, em que tem sob sua responsabilidade não só a produção de conhecimentos sobre todos os produtos de importância econômica, social e ecológica para o Estado, como também a sua difusão.

O questionamento diz respeito a que etapas ou períodos caracterizaram essa instituição em Santa Catarina. Quais foram eles e que relação guardam com

as mudanças organizacionais sofridas por ela? Como a estruturação dos setores agrícola e de ciência e tecnologia, em nível federal e estadual, afetou a definição desses períodos? Esses setores foram responsáveis pelas mudanças que ocorreram na forma como a pesquisa agrícola foi concebida, conduzida e gerenciada no Estado?

2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na tentativa de interpretar as mudanças institucionais ocorridas com a pesquisa agrícola em Santa Catarina, observam-se momentos que expressaram rupturas mais visíveis na sua história. Assim, ao analisar essa trajetória, emergem, com maior ou menor nitidez, a **definição de períodos**, ou seja, trechos de tempo dentro dos quais ocorreram processos específicos, nos quais observou-se uma certa permanência qualitativa e conservaram-se determinadas características.

Embora reconhecendo a diversidade de aspectos que podem ser analisados na definição de períodos de uma organização de pesquisa, considerou-se, como pressuposto desse trabalho, o fato de que o ambiente das organizações é um dos fatores cruciais para compreender o que se passa com

elas. Levou-se em conta, ainda, a recomendação de Morel (1979), de que “a ciência não é um subsistema que define autonomamente seus padrões e linhas gerais de evolução, mas está sujeita a influências externas ao próprio campo” (p. 43). Com tais pressupostos, e tendo em vista que a pesquisa agrícola é realizada pelo setor público, optou-se por definir como categoria definidora desses períodos, as políticas públicas relacionadas ao ambiente em que se processa a pesquisa agrícola.

Políticas públicas são, para Oszlak (1982), o conjunto de tomadas de decisão do Estado frente aos problemas sociais; são, portanto, importante via de acesso para analisar as relações Estado-sociedade. Neste artigo foram consideradas políticas públicas, as decisões emanadas do Governo nos níveis Federal e Estadual e que estivessem: presentes nos discursos e documentos oficiais; expressas na legislação; e concretizadas na criação de uma estrutura organizacional e na alocação de recursos orçamentários para sua implementação. Cabe enfatizar, ainda, que foram consideradas como políticas públicas, não somente as destinadas especificamente aos setores agrícola e de ciência e tecnologia, mas todas aquelas que, direta ou indiretamente, afetaram a so-

breviência e o desenvolvimento das entidades públicas responsáveis pela realização da pesquisa agrícola em Santa Catarina.

As **fontes de dados** desta pesquisa foram eminentemente documentais, incluindo documentos institucionais e não institucionais. Os documentos institucionais foram obtidos no Arquivo Público de Santa Catarina e no setor de Obras Raras da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, em relatórios e em material publicado pelas entidades responsáveis pela pesquisa agrícola em Santa Catarina, no período estudado. Trabalhou-se também com documentos governamentais explicitadores das políticas públicas, identificados como relevantes na definição dos períodos na história da pesquisa no Estado. Os documentos não institucionais foram publicações, teses, artigos e material analítico, em geral, a respeito das questões objeto da pesquisa.

3. PERIODIZAÇÃO E ANÁLISE

Primeira etapa: a Estação Agrônômica do Estado

As primeiras informações a respeito da pesquisa agrícola em Santa Catarina referem-se à criação da Estação

Agronômica do Estado, em Rio dos Cedros, município de Blumenau, em 1895. A criação dessa Estação foi iniciativa do Governo do Estado, pela Lei nº 166, de 28 de setembro de 1895 (Santa Catharina, 1895). As razões objetivas para a criação da Estação não foram identificadas em documentos oficiais. O que se pode constatar, em outras fontes pesquisadas, é a importância da cultura do fumo, na Região de Blumenau, à época, e a força dos produtores de tabaco, filiados à “Sociedade Agrícola do Cedro”, em demandar soluções tecnológicas para os problemas encontrados na condução de suas lavouras (especialmente a “moléstia das raízes), no acondicionamento do fumo e na sua conservação para exportação (Rossi, 1904; Pellizzetti, 1971).

Essas demandas dos produtores parece ter motivado a decisão de organizar a Estação. Aliado a esses fatores, pode-se destacar, ainda, o desejo do Dr. Hermann Blumenau, fundador da Colônia Blumenau, de transformá-la num grande centro europeu, no Sul do Brasil; e o papel do Governador do Estado, Hercílio Luz, que, por possuir formação acadêmica na área - era agrônomo formado na Bélgica -, tinha preocupações consideradas “pioneiramente tecnocratas”

(Santa Catarina-CEAG, 1980, p. 63). Dessa forma, a Estação Agronômica, com orçamento aprovado na Lei de Criação, começou a funcionar a partir de 1897, sob a direção e a orientação técnica de Giovanni Rossi, conhecido agrônomo italiano que fora contratado pelo Governo do Estado.

Essa primeira estrutura de pesquisa, após alguns anos de funcionamento, com trabalhos implantados em várias culturas, e não apenas no fumo, e já apresentando resultados, começou a ressentir-se com a ocorrência de problemas de várias naturezas. Esses problemas relacionavam-se à localização da Estação, à falta de recursos financeiros, e aos prejuízos causados aos experimentos como resultado das transferências de local físico da Estação (esta, a partir de 1904, após duas mudanças, foi sediada em Florianópolis). Tais problemas enfraqueceram a atuação da Estação e caracterizaram uma situação de crise, que agravou-se com a decisão do Diretor de deixar a direção da Estação, por problemas de ordem profissional e pessoal, e regressar à Itália. Outros dois agrônomos o sucederam, por breves períodos, na direção, sem contudo reverter a fase de decadência, que se estendeu até 1911.

Nessa época, reconhecendo as dificuldades enfrentadas, tanto no que diz

respeito a recursos financeiros como a pessoal habilitado para conduzi-la, o Governador do Estado ofereceu ao Ministério da Agricultura a sua estrutura, solicitando a criação, no local, de uma “Escola Prática” de agricultura. O pleito não foi atendido e, finalmente, em 1920, o Governo do Estado informou a transformação dos edifícios da antiga Estação Agronômica, numa “vivenda” para acolher “hóspedes ilustres” (Santa Catarina, 1920).

Observa-se, portanto, que a Estação, que fora criada por uma decisão do Governo Estadual, chegou a contar com investimentos de infra-estrutura, de recursos materiais e financeiros, e de pessoal; contudo, estando em plena fase de desenvolvimento, passa a sofrer os reflexos da descontinuidade política dos governos estaduais e, como reflexo das mudanças de prioridades, passa a viver uma fase de declínio, até sua extinção.

Simultaneamente à existência dessa Estação Agronômica, ocorreram outras iniciativas incipientes de organização da pesquisa agrícola em Santa Catarina, que, no entanto, em sua quase totalidade, ou não se efetivaram, ou não tiveram continuidade. Da mesma forma, outras unidades criadas posteriormente, tiveram desfecho semelhante.

Segunda fase: a política de modernização do governo federal

Na década de 30, teve início uma nova fase, na qual o Ministério da Agricultura assumiu a implantação da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Havia sido criada, então, no Ministério, a Diretoria Geral de Pesquisa Científica, dentro do novo modelo de administração federal, de adotar uma política agressiva de modernização de suas estruturas administrativas mediante a criação de institutos, departamentos, conselhos, autarquias, fundações, empresas públicas e a promulgação de planos de desenvolvimento (Santos, 1989).

Nessa nova fase foram criadas três estações experimentais em Santa Catarina: a de Lages, a de Perdizes e a de Rio Caçador: No Município de Lages, em 27 de abril de 1934, foi criada, pelo Decreto Federal nº 442, a Fazenda Experimental de Criação. As atividades dessa Fazenda, voltadas exclusivamente à área animal, já haviam tido seu início efetivo anteriormente, constituindo, portanto, uma continuidade das atividades dos antigos Campo de Demonstração e “Posto Zootechnico” de Lages. Essas estruturas, que precederam a Fazenda Experimental, haviam transitado, em diferentes momentos, pela administração federal, estadual e municipal,

desde sua primeira implantação, em 1904, sem que se tenha, hoje, muita clareza se seus objetivos eram mais voltados para atividades de pesquisa ou mais para as de fomento.

Em 1936, no âmbito de uma política de criação de Estações e Subestações voltadas à vitivinicultura, o Ministério da Agricultura instituiu a Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado de Perdzizes (atual município de Videira), uma região tradicionalmente dedicada ao plantio da uva. Essa Estação tinha por objetivo desenvolver a cultura da videira para exploração racional da produção de uvas de mesa, vinhos e demais subprodutos (Santa Catarina, 1937).

Em Rio Caçador, no Planalto Central Catarinense, foi criada, em agosto de 1937, pela Lei Federal nº 470, a Estação do Trigo. A criação dessa Estação foi resultado de uma das medidas governamentais voltadas à intensificação da cultura do trigo no Brasil, que levou o Ministério da Agricultura a criar “Estações Experimentais do Trigo”, em vários Estados, entre os quais, Santa Catarina.

Apesar de todas as dificuldades ocorridas na condução dessas Estações na época, observa-se que a partir desse esforço inicial, e com a decorrente diversificação de culturas que passou a

ser adotada pela Estações, a pesquisa em Santa Catarina encontrava-se em um período de desenvolvimento, marcado pela estruturação das Estações, pela busca de recursos e pela preocupação no atendimento às demandas das diversas regiões do Estado.

Fez parte dessa fase, ainda, a criação, pelo Ministério da Agricultura, em 1943, da Subestação de Enologia de Urussanga, no Sul do Estado, para trabalhos com vitivinicultura.

Dessa época em diante, cada uma dessas Estações apresentou um desenvolvimento diferenciado. A análise desses processos, todavia, revela uma tendência à adaptação das Estações às condições e às demandas das regiões em que estavam localizadas e à consolidação de suas atividades. Como exemplo, a Estação de Caçador, que originalmente havia sido criada para pesquisar a cultura do trigo, nessa fase diversificou para trabalhos experimentais com cereais, oleaginosas, batatinha, mandioca, plantas têxteis e outras, além de organizar também um pomar com diversas variedades frutíferas, para o preparo de enxertos e porta-enxertos e fornecimento aos produtores. Nessa Estação, as atividades ligadas à fruticultura tenderam a desenvolver-se paralelamente ao trigo, contando com condições ecológicas

propícias à sua exploração. A cultura do trigo, por sua vez, apresentava produção decrescente, devido às contingências climáticas desfavoráveis na região de Caçador. Por esse motivo a Estação, já na década de 60, oferecia cursos de atualização em fruticultura para técnicos da extensão rural, evidenciando um redirecionamento de suas atividades no sentido de adequá-las às demandas regionais.

Terceira etapa: a Rede Experimental Catarinense

Em 1962, já entrando em nova fase, foram criadas, por iniciativa do Governo Estadual (Lei nº 3151), as Subestações de Rio do Sul e Jaguaruna. Essas Subestações foram instituídas para a realização de trabalhos com mandioca, amendoim, milho, batatinha e adubos verdes, nas Regiões do Alto Vale do Itajaí e Sul do Estado, respectivamente. A decisão de criar essas duas unidades evidenciava a intenção do Governo do Estado de investir em pesquisa agrícola, possivelmente no intuito de reverter a situação prevalecente até então, em que o Governo Federal administrava, na sua totalidade, o planejamento e a execução da pesquisa agrícola em Santa Catarina.

Marcando o novo período, no nível federal tivera início, desde 1962,

uma política de descentralização na coordenação das atividades de pesquisa agrícola, através da implantação gradativa de institutos regionais. Na Região Sul, o órgão responsável pela implementação dessa política, foi o Instituto Agrônômico do Sul - IAS, sediado em Pelotas-RS e com atuação sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; contudo sua ação, em Santa Catarina, limitava-se à Estação Experimental de Caçador, uma vez que as demais eram vinculadas a outros órgãos: Videira e Urussanga ao Instituto de Fermentação, e Lages ao Departamento Nacional de Produção Animal, portanto sujeitas às políticas específicas dessas entidades.

A operação simultânea, no Estado, de Estações vinculadas ao Governo Estadual e ao Governo Federal (estas últimas, inclusive subordinadas a diferentes órgãos) e a atuação isolada dessas unidades, provocou a emergência, de dentro das próprias unidades de pesquisa, da necessidade de promover a integração entre suas atividades. Esta necessidade levou-as a articular, a partir de 1964, o estabelecimento de um acordo informal entre essas entidades, conhecido como Rede Experimental Catarinense. A Rede compreendia as Estações vinculadas ao

Ministério da Agricultura (Caçador, Videira, Lages e Urussanga), e as administradas pela Secretaria Estadual da Agricultura (Rio do Sul e Jaguaruna), as quais, em reuniões periódicas, definiam a programação e a distribuição de recursos financeiros para sua execução. Além dessas unidades de pesquisa, também participavam da Rede: a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), os Postos Agropecuários do Ministério da Agricultura, os Colégios Agrícolas, as Prefeituras, as Cooperativas e outras entidades.

A implementação da Rede Experimental Catarinense expressa, em certa medida, o ingresso da pesquisa agrícola de Santa Catarina num estágio de maturidade. A superação dos obstáculos gerados pelas diferenças de subordinação, de condições materiais e de infra-estrutura, de culturas trabalhadas e de localização das Estações, visando uma ação integrada, são evidências de um comprometimento com a busca de soluções para a agricultura no Estado, de um avanço na definição de uma programação conjunta e da responsabilidade das entidades diante dessa programação. Essas características de atuação integrada da Rede sinalizam que, pelo menos no aspecto de organização administrativa, a pes-

quisa agrícola em Santa Catarina encontrava-se num novo período, onde já se planejava o futuro "Instituto de Pesquisas Catarinense".

Ainda nessa fase, em 1969, o Governo Estadual decidiu criar o PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado. E para dar sustentação técnica e estrutura à pesquisa em fruticultura temperada, implantou a Unidade de Pesquisa Aplicada de São Joaquim. Assim, essa Unidade foi criada visando dinamizar a experimentação e obter dados para responder aos problemas da fruticultura, especialmente os da cultura da maçã, a qual ganhava cada vez maior relevância econômica na região.

Em continuidade à política de descentralização adotada pelo Ministério da Agricultura em 1962, e em consonância com a sua nova estrutura, em 1969 deu-se a passagem de todas as estações experimentais do Estado de Santa Catarina, à jurisdição do recém-implantado Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul-IPEAS, ainda sediado em Pelotas-RS, mas com abrangência apenas sobre os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Como reflexo dessa reestruturação, houve uma avaliação e um redimensionamento das atribuições de

todas as estações, inclusive as da mais nova, a Estação Experimental de Chapecó, até então um Posto Agropecuário que funcionava desde 1948. Assim, com a redefinição das atribuições de cada estação, alguns dos trabalhos que competiam à Estação de Caçador foram transferidos para outras unidades, reafirmando para esta Estação, a atribuição de realizar pesquisas principalmente na cultura do trigo (esta definição, entretanto, não concretizou-se de fato, uma vez que, com o passar do tempo, a pesquisa com soja, feijão, trigo, milho, arroz de sequeiro e cevada foi paulatinamente delegada à Estação de Chapecó, ficando a Estação de Caçador responsável pelos trabalhos com fruticultura). Os trabalhos de pesquisa com pastagem e gado ficaram sob a responsabilidade da Estação Experimental de Lages; leguminosas, da Estação de Chapecó; e fruticultura, da Estação de Videira (que mais tarde acabou especializando-se novamente em vitivinicultura). A Estação de Urussanga teve encerrados os trabalhos com vitivinicultura, passando à experimentação com arroz irrigado, soja, milho, sorgo, feijão e mandioca, e permaneceu como base de apoio à pesquisa no Sul do Estado.

Dessa forma, até 1975 a estrutura de pesquisa agrícola no Estado de San-

ta Catarina era composta por três estações pertencentes ao Governo do Estado - São Joaquim, Jaguaruna e Rio do Sul e cinco vinculadas ao Ministério da Agricultura/IPEAS - Caçador, Videira, Lages, Urussanga e Chapecó. Todas as Estações continuavam integradas à Rede Experimental Catarinense, a qual, nos últimos anos, era coordenada pela Estação de Caçador, denominada, então, "Estação Líder".

Quarto período: o SNPA e a criação da EMPASC

Em 1972, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, a organização da pesquisa agrícola no Brasil sofreu profunda alteração. Foi instituído o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária-SNPA, composto por um órgão central - coordenador, e unidades de execução - os Centros Nacionais por produtos e por recursos (segundo o modelo dos centros internacionais de pesquisa agrícola). Além desses componentes, o sistema contava também com empresas estaduais, responsáveis pela pesquisa para atendimento às demandas específicas dos Estados.

No Estado de Santa Catarina a repercussão da criação da EMBRAPA e do SNPA foi a implantação da Empre-

sa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. - EMPASC, que absorveu as Estações ligadas ao Ministério da Agricultura, assim como as Estações pertencentes ao Governo do Estado. A EMPASC foi instituída em abril de 1975, como uma empresa vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura, cujo capital social foi integralizado 60% pelo Governo do Estado de Santa Catarina e 40% pela EMBRAPA. Foi estruturada com base no modelo organizacional, na filosofia de ação e no *modus operandi* daquela Empresa, e sua implantação representou o encerramento de um período e o claro ingresso da pesquisa agrícola de Santa Catarina em nova fase de sua história.

Com a competência legal de realizar a pesquisa agrícola em nível estadual, a EMPASC viveu, em seus primeiros anos, uma fase de empreendimento e consolidação institucional, contando com recursos financeiros assegurados e ampliando sua estrutura física de modo a cobrir todo o território estadual. Fazem parte dessa fase, a organização da programação de pesquisa em torno dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, a contratação de pesquisadores e de técnicos, e a ampliação das atividades de difusão de tecnologia. Além disso, foi executado um agressivo programa de

treinamento dos pesquisadores, em nível de pós-graduação, a construção da sede, em Florianópolis e a criação de novas Estações Experimentais.

Após os primeiros anos de sua criação, a EMPASC avançou no sentido da sistematização de suas atividades, estabilização de sua estrutura organizacional, consolidação de sua programação de pesquisa e estabelecimento de acordos e convênios de cooperação com diversas entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, ligadas à sua atividade. Apresentava aspectos de vanguarda organizacional, como o estabelecimento de planos de ação de longo prazo e o planejamento baseado na “construção de cenários”.

Ao longo de seus quinze anos de existência, mesmo passando por momentos de crise, sofrendo com problemas como a restrição de recursos financeiros, limitações para contratação de pessoal, entre outros - fruto de mudanças nas prioridades governamentais -, a manutenção e a sobrevivência da EMPASC nunca haviam sofrido ameaças. Embora com sua identidade organizacional consolidada no cenário brasileiro de ciência e tecnologia, e até mesmo em nível internacional, em 1991 a EMPASC foi extinta. Sua extinção, como organização, resultou

das diretrizes da política de reforma administrativa implantada pelo Governo Estadual, então recém-empossado, e concretizou-se na fusão das estruturas estaduais de pesquisa (EMPASC), extensão rural (ACARESC), pesqueira (ACARPESC) e apícola (IASC).

A política governamental que determinou essa alteração foi respaldada no argumento da importância estratégica da integração pesquisa-extensão, a qual levaria, do ponto de vista técnico, a uma eficácia maior e, no aspecto econômico, resultaria na redução de custo operacional, de quadro de funcionários e de espaço físico, além de otimizar a estrutura instalada das três empresas.

Quinta etapa: fusão pesquisa-extensão - a EPAGRI

Novo período delinea-se a partir da fusão EMPASC/ACARESC/ACARPESC/IASC. Foi então instituída a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, somando estruturas e atividades das quatro empresas. Encontra-se, após esses anos de sua implantação, dotada de características diferenciadas daquelas em que se encontrava a EMPASC no momento de sua extinção. Observou-se, no início, a preocupação com a adaptação ao

seu novo papel organizacional e a tendência à centralização administrativa; predominaram, todavia, as preocupações com formalização e sistematização, o que pôde ser observado na reelaboração de normas e procedimentos, na revisão da estrutura organizacional e do planos de cargos e salários, entre outras.

Mais recentemente notam-se traços de maturidade técnica e institucional, expressos tanto no aspecto científico como no plano gerencial. Exemplos disso, na área científica, são o lançamento de novas cultivares, a recomendação de novas tecnologias de cultivo agrícola e de produção animal, de controle biológico de pragas e doenças, de aproveitamento de resíduos orgânicos, de manejo e conservação de recursos naturais, a elaboração do zoneamento agroecológico, e a preocupação com o desenvolvimento agrícola sustentável de propriedades e microbacias hidrográficas. Na área gerencial observa-se a adoção de técnicas de planejamento estratégico, a preocupação com as novas tendências de integração instituto de pesquisa-empresa, com a busca de novas alternativas de captação de recursos e com a adequação às novas demandas e necessidades do mercado. Tais diretrizes trazem implícito o pressuposto de

que irão propiciar a consolidação da nova empresa e, principalmente, promover a superação dos complexos problemas de integração entre as diferentes funções, equipes e culturas organizacionais que compuseram a EPAGRI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a breve história da pesquisa agrícola no Brasil⁽¹⁾, a experiência de Santa Catarina, embora pouco conhecida, possui representatividade. A presente tentativa de identificar períodos nessa trajetória da pesquisa agrícola em Santa Catarina, procurou observar a existência de associação entre as alterações verificadas nas políticas públicas com as rupturas e mudanças mais relevantes, ocorridas na sua história. Da análise realizada, tendo por referência esse olhar, foi possível delinear cinco períodos na pesquisa agrícola de Santa Catarina. Em síntese:

O primeiro período, de 1895 a 1920, constitui-se basicamente na trajetória da Estação Agronômica do Estado. É um período marcado pela iniciativa regional de estruturar um órgão de pesquisa. Instituída pelo Governo do Estado, a Estação Agronômica apoiou-se na liderança técnica de um

profissional da área agrônômica, o seu Diretor, e anos depois foi extinta, também pelo Governo Estadual, coincidentemente por ato do mesmo governador que a criou, então reeleito.

O segundo começa na década de trinta, com a estruturação de várias Estações Experimentais pelo Ministério da Agricultura, e estende-se até a década de cinquenta; foi uma fase em que o Ministério assumiu praticamente a condução de toda a pesquisa agrícola no Brasil. Assim, as Estações criadas em Santa Catarina, objetivavam operacionalizar políticas e diretrizes agrícolas elaboradas em nível nacional.

No início dos anos sessenta observa-se o surgimento de uma nova fase, caracterizada pela tomada de posição do Governo Estadual, diante da predominância do Ministério da Agricultura na condução da pesquisa local; esta tomada de posição concretizou-se na implantação de duas subestações de pesquisa. Marcou esse período, principalmente, a concepção e operação da Rede Experimental Catarinense, iniciativa dos próprios pesquisadores do Estado, que evidenciava a preocupação de integrar os esforços, otimizar os recursos e tornar mais eficiente a estrutura de pesquisa existente.

A partir de 1970, com a implantação do IPEAS e, posteriormente, com

a criação da EMBRAPA e a instituição das empresas estaduais, instaura-se novo período.

Nessa fase a pesquisa de Santa Catarina passa a ser coordenada pela EMPASC, uma entidade pertencente ao governo estadual, porém ajustada ao modelo organizacional da EMBRAPA. Foi uma etapa em que, em Santa Catarina, pôde ser observada uma explícita consistência entre as políticas estaduais e as federais, do setor agrícola.

Esse período encerrou-se em 1991, com a criação da EPAGRI. A reorganização das entidades do setor agrícola estadual que deu origem à EPAGRI ocorreu com base nas diretrizes de uma política de reforma administrativa estadual estabelecida no "Plano de Governo para a Agricultura", do governo estadual então recém-empossado. Como decorrência dessa reforma administrativa fundiram-se, em uma só empresa, as atividades de pesquisa agrícola, as de extensão rural, de pesca e apícola.

Para finalizar, deve-se enfatizar que a análise aqui realizada vem confirmar que grande parte das mudanças de vulto observadas na trajetória da pesquisa em Santa Catarina parecem ter ocorrido como reflexo de políticas públicas - principalmente as políticas agrí-

colas e as administrativas, ou do governo federal ou estadual. Cabe, contudo, esclarecer que, embora as políticas públicas tenham constituído a categoria eleita como indicadora das mudanças, outro pressuposto também norteou o olhar desta pesquisadora: partiu-se do pressuposto de que um referencial de análise não deve impedir que, dos dados e informações analisados, emergjam novas evidências ou caminhos não previstos inicialmente.

Assim, apesar das políticas públicas terem, de fato, demonstrado influenciar a maior parte das alterações importantes observadas na estruturação e organização da pesquisa agrícola em Santa Catarina, é relevante registrar duas importantes exceções: a Estação Agronômica de Rio dos Cedros e a Rede Experimental Catarinense. Na primeira, o Governo do Estado instituiu a Estação atendendo às demandas do setor produtivo; no segundo caso, mesmo sem qualquer determinação governamental, e sem provocar qualquer mudança no que diz respeito à organização formal (organograma, funções, regimentos) nem à constituição jurídica das entidades componentes, mas partindo da iniciativa dos próprios pesquisadores e demais participantes, a Rede conseguiu avanços importantes: organizar os esforços,

planejar e coordenar as atividades, aplicar melhor os escassos recursos disponíveis e, principalmente, instituir um *fórum* para as discussões sobre diretrizes e prioridades para a agricultura do Estado, estimulando as primeiras reflexões sobre o que viria a ser, futuramente, o órgão coordenador e executor da pesquisa agrícola estadual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, sér. 1.: Estudos brasileiros; v. 4))
- OSZLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 17-60, jan./mar. 1982
- PELLIZZETTI, Beatriz. Os papéis de Giovanni Rossi no Arquivo Ermemberggo Pellizzetti. *Boletim da Universidade Federal do Paraná-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-Departamento de História*. Curitiba, UFPR, n. 14, p. 5-50, 1971.
- ROSSI, Giovanni. *Estação Agronômica do Estado de Santa Catharina - Relatório do Anno de 1903*. Cedros (Município de Blumenau): 10 de maio de 1904. 19 p.
- SANTA CATHARINA. *Leis do Estado de Santa Catharina*. Coleção de Leis promulgadas em 1895 - Lei n° 166 de 28 de setembro de 1895, p. 41-42.
- SANTA CATHARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina*. Florianópolis: 1920.
- SANTA CATARINA-CEAG. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980. 214 p.
- SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1937, pelo Governador Nerêu Ramos*. Florianópolis: 1937.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Breves notas sobre a natureza da política agropecuária brasileira: do planejamento por produto ao planejamento global. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 39-53, abr. 1989.

Nota:

- (1) As primeiras entidades criadas no Brasil, com a finalidade de realizar pesquisa agrícola, e que tiveram continuidade, foram o Instituto Bahiano de Agricultura (1859), a Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas-RS (1883) e a Imperial Estação Agronômica de Campinas, em São Paulo (1885).

NORMAS PARA OS COLABORADORES

1 - Os originais devem ser encaminhados à Associação de Amigos do Arquivo Público em disquete, em programa Word 6.0, com uma cópia impressa. Usar apenas formatação padrão.

2 - Em seguida do nome do autor, deve constar informação sobre formação e vinculação institucional, com no máximo 5 (cinco) linhas.

3 - Notas, citações, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, devendo as mesmas estarem ao final do artigo.

4 - A correção ortográfica e gramatical dos textos submetidos é de responsabilidade dos autores.

Os conceitos, as informações e opiniões
expressas nos artigos assinados
e aqui publicados
são de inteira responsabilidade
de seus respectivos autores,
que gozam de ampla liberdade de opinião,
crítica e estilo.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO



IOESC

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
DE SANTA CATARINA

Fone: (048) 239-6000

76999